



Processo digital será implantado na VF-São Mateus a partir do dia 17

O diretor do foro da Justiça Federal do Espírito Santo, juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, assinou nesta semana (dia 12/05), a Portaria nº ES-POR-2010/00336, alterada pela Portaria nº ES-POR-2010/00336, de 13/05/2010, determinando a implantação “*ad referendum* da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, o processo digital na Vara Federal de São Mateus”.

A partir de segunda-feira (17/05), todas as petições iniciais apresentadas àquela Vara Federal serão digitalizadas e tramitarão apenas de forma eletrônica, gerando tanto economia no uso de papel, quanto em seu andamento. Tal procedimento, em princípio, será realizado nos procedimentos cíveis, de execução fiscal e de juizado especial federal, excetuando-se as matérias criminais.

Benefícios

Serão beneficiados com a implantação do processo digital naquela vara federal, além dos moradores do município de São

Mateus, os dos municípios de Mucurici, Ponto Belo, Montanha, Pedro Canário, Pinheiros, Boa Esperança, Vila Pavão, Nova Venécia, Jaguaré e Conceição da Barra, que compõem a subseção judiciária de São Mateus.



Varas digitais

Já funcionam com processo digital na Justiça Federal capixaba todas as varas federais cíveis, de execução fiscal e os três Juizados Especiais Federais de Vitória, além das duas varas federais de Cachoeiro de Itapemirim, e das varas únicas de Linhares e Colatina.

Os advogados poderão se cadastrar para atuar no processo digital em *link* próprio disponível no site www.jfes.jus.br. Lá também eles encontram o regulamento do processo eletrônico na JFES.

JF terá infovia para transmissão de dados em todo o país

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou na sessão desta quinta-feira (13) a instituição da Infovia da Justiça Federal, uma solução unificada de comunicação de dados no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus. O relator do processo, ministro Ari Pargendler, explica que a Infovia vai atender ao aumento constante da demanda dos serviços judiciários por tecnologia, principalmente após a implantação dos autos judiciais digitais na Justiça Federal. O processo eletrônico exige a ampliação da capacidade de tráfego de dados nos meios de comunicação digitais atuais, além da interligação entre as seções judiciárias, os tribunais regionais federais e o Conselho. A solução permitirá a transmissão de dados e imagens, bem como a realização de videoconferências.

A Infovia atende também à Resolução 90 do CNJ, que estabelece os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no Poder Judiciário. Segundo a Resolução, o nível

mínimo necessário de capacidade de tráfego de dados e informações dos links de transmissão é 2Mbps. O projeto prevê a incorporação à Infovia das 230 novas varas federais criadas pela Lei 12.011/2009.

O CJF será responsável pela licitação da empresa a ser contratada para implementar a rede de transmissão de dados. De acordo com o ministro Ari Pargendler, a Infovia é um pré-requisito para os projetos de desenvolvimento de aplicações unificadas, tais como o SIGJUS (Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal).

Os benefícios da nova rede, segundo o ministro, compensarão os custos iniciais de contratação, já que haverá redução de despesas com telefonia (o projeto prevê a implantação do serviço de telefonia IP), e a extinção gradual dos atuais contratos individuais de transmissão de dados existentes em cada tribunal e seção judiciária.

Evento da Emarf

A Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf) promove, no dia 20 de maio, palestras do Curso da Administração Pública Brasileira, com os temas “O uso correto do Habeas Data”, com o advogado Rodrigo Garcia da Fonseca; e “A jurisprudência das ações populares”, com o Mestre em Direito pela PUC/SP, o advogado capixaba Rodrigo Mazzei. O evento acontece das 9 às 12 horas, no auditório do TRF-2, no Rio de Janeiro, com transmissão por videoconferência para o auditório da Justiça Federal capixaba, localizada na Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, em Vitória. Inscrições gratuitas: nucleoemarf.es@jfes.jus.br ou 27-3183-5187.

CNJ vai estabelecer regras para divulgar informações processuais na internet

Uma proposta de resolução para regulamentar a divulgação de informações sobre processos judiciais na internet deverá ser apresentada ao Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no início do próximo mês. Nesta quarta-feira (12/05), o Grupo de Trabalho (GT) do CNJ responsável pela elaboração do documento se reuniu na sede do Conselho em Brasília para finalizar a proposta. O texto contempla as sugestões encaminhadas por tribunais, juízes, entidades de classe e pela população em geral ao CNJ. Após ser aprovada em Plenário, a proposta será novamente submetida à consulta pública no site do CNJ (www.cnj.jus.br). A expectativa é que o texto final seja concluído no final de junho.

Depois de passar pelo Plenário do CNJ, a ideia é que, novamente, juízes, tribunais e a população em geral tenham a oportunidade de enviar sugestões para serem incorporadas ao texto da proposta final de resolução. O documento ficará disponível no site do CNJ para consulta pública e os interessados terão um mês para opinar sobre o tema. Segundo o coordenador do GT, a participação dos cidadãos na elaboração dessa norma é fundamental, já que a publicidade é um dos princípios básicos do sistema processual, relacionada ao direito de acesso às informações do Judiciário. A expectativa é que o texto final da resolução seja levado à Plenário no final do próximo mês. **Agência CNJ de Notícias**

INSS e Judiciário buscam soluções para reduzir ações previdenciárias

A Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) promoveu, nesta semana, em Brasília, a Semana Nacional de Integração com o Poder Judiciário. O evento teve como objetivo aproximar os membros do Poder Judiciário que lidam com matéria previdenciária e os procuradores federais atuantes nos processos de interesse do INSS, para buscar soluções nas questões judiciais de maneira mais simples evitando prolongar a duração dos processos nos fóruns.

Há muito, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem discutindo formas de solução de conflitos inovadoras para reduzir a judicialização. Em 2008, vários Tribunais Regionais Federais do país assinaram acordo com o Conselho Nacional de Justiça para acelerar a solução de processos relacionados à Previdência Social. Esses acordos envolvem outros órgãos como a Advocacia Geral da União (AGU), a Procuradoria do INSS e os tribunais federais.

O acordo prevê que processos do INSS em tramitação na Justiça há mais de 10 anos sejam concluídos após levantamento da situação de cada um e, na possibilidade de um acordo com a parte interessada, restabelecer ou implementar o benefício reivindicado.

Nesse sentido, a Procuradoria Federal Especializada do INSS criou o Programa de Redução de Demandas Judiciais, cujo objetivo é reduzir a quantidade de ações ajuizadas contra o INSS através da identificação de conflitos jurídicos em matéria previdenciária.

Com o programa, a expectativa da Previdência Social é aumentar o índice de concessões judiciais do INSS, de 8,39%, registrado em 2009, para 9,76% em 2010, segundo estimativas feitas pela Procuradoria Federal Especializada.

Para saber mais leia a Revista Previdência Social http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_100401-183354-570.pdf. **Agência CNJ de Notícias**

“Illuminuras” entrevista autor sobre obra de Direito Constitucional

No ‘Illuminuras’ desta semana você vai conhecer a obra rara “Orbe Serafico Novo Brasilico”, do historiador, orador, poeta e cronista brasileiro, Antônio de Santa Maria Jaboatão. Trata-se da primeira parte da Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil. Esta impressão, de 1761, é a primeira edição da parte inicial da obra e, até hoje, a mais consultada pelos historiadores. Antônio de Santa Maria Jaboatão nasceu em Santo Amaro de Jaboatão, em 1625, e não se sabe exatamente a data de sua morte, que ocorreu entre os anos de 1763 e 1765. Religioso franciscano, professou na Bahia e em Pernambuco, foi prelado local no convento de Santo Antônio do Recife e cronista-mor da Ordem.

No ‘Encontro com Autor’ você vai ver uma entrevista com o Doutor pela Faculdade de Direito da USP, Professor de Direito Constitucional e Direito Processual Civil, Pedro Lenza, que falará sobre sua obra “Direito Constitucional Esquemático”.

No ‘Ex-Libris’ você vai conhecer a biblioteca pessoal do advogado Marcos Martins de Souza. Ele é secretário executivo do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

O programa mostra ainda alguns dos principais livros jurídicos que acabaram de chegar às livrarias: “Comentários à Lei Básica da Previdência Social – Tomo II”, de Wladimir Novaes Martins, da Editora LTr; “Licitações Públicas”, de Marcelo Palavéri, da Editora Fórum; e “Reflexões sobre Direito Administrativo”, de Romeu Felipe Bacellar, da Editora Fórum.

“Illuminuras” vai ao ar às quartas-feiras, às 22h (programa inédito). Horários alternativos: sábado, 18h; segunda-feira, 13h30, terça-feira, às 10h30. O programa também pode ser visto no You Tube: www.youtube.com/stf. **Revista Illuminuras**